

## ARTIGO

# SECAS E SOCORROS PÚBLICOS NO CEARÁ DOENÇA, POBREZA E VIOLÊNCIA (1877-1932)

## DRY SEASONS AND PUBLIC AID IN CEARÁ ILLNESS, POVERTY AND VIOLENCE (1877-1932)

JOSÉ WEYNE FREITAS SOUZA\*

### RESUMO

Esse artigo discute a implantação de uma política de socorros públicos no Ceará, entre as secas de 1877 e 1932, como parte de um projeto das elites provinciais que, com o apoio do Governo do Império, pretendiam equacionar as diferenças econômicas entre a região Norte (Nordeste) e o Sul do Brasil. Essa política de assistência ao roceiro desvalido tinha como objetivo geral promover o progresso material da província através da exploração dos trabalhadores retirantes em obras públicas, como contrapartida pelo socorro oferecido. Por outro lado, sua execução gerou a formação de contingentes de pobres desvalidos na periferia de Fortaleza.

**PALAVRAS-CHAVE:** progresso, assistência, secas.

### ABSTRACT

This article discusses the implementation of a public aid policy in Ceará, among the dry 1877 and 1932 as part of a project of the provincial elites, with the Government of the Empire of support, intended to equate the economic differences between the North (northeast) and Southern Brazil. That the helpless farmer assistance policy had as main objective to promote the province's material progress through the exploitation of migrants workers in public works, in exchange for the offered help. On the other hand, its implementation has generated the formation of destitute poor contingent on the outskirts of Fortaleza.

**KEYWORDS:** progress, assistance, dry.

## Introdução

Na segunda metade do século XIX era possível divisar na consciência política, sobretudo entre as elites, as diferenças entre o Norte e o Sul do Brasil. O motivo disso foi que o país, construído após a independência brasileira em 1822, se centralizou no Centro-Sul, tendo o Rio de Janeiro como capital administrativa. Isso significou a concessão de privilégios, por meio da execução de uma política de incentivos fiscais e de subsídios à exploração de diversas atividades econômicas, fazendo convergir para essa província o capital interno e externo, tornando-a o centro do poder político e econômico.

Por sua vez, as chamadas províncias do Norte, denominadas posteriormente de Nordeste, eram preteridas desse processo de progresso material e colocadas na condição de periferia do sistema produtivo. Não obstante, havia o problema da insegurança pública, mais pungente nessa região, que criava obstáculos ao desenvolvimento das atividades econômicas – basicamente a lavoura e a pecuária. A região enfrentava ainda secas que, apesar de espaçadas no tempo, afligiam o setor de abastecimento, considerado o mais frágil da economia. Paradoxalmente a seca se tornou a partir de 1877 um meio para viabilizar o progresso do Ceará e do próprio Nordeste através da implantação do projeto Pompeu-Sinimbuí.<sup>1</sup>

Esse projeto pretendeu corrigir o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul a partir da proposta de aproveitar a força de trabalho disponível durante as secas para realizar obras públicas, haja vista que elas significavam progresso material. Para tornar exequível essa proposta foi necessária elaborar uma política de socorros públicos, caracterizada por uma estrutura de assistência aos desvalidos que fosse centralizada em Fortaleza, capital do Ceará. Essa política de socorros evoluiu junto com o projeto de progresso, posto que ambos estavam interligados. Com isso,

a estrutura de atendimento inicial foi organizada em torno das Comissões de Socorros e Obras Públicas entre as secas de 1877-79 e 1900. Mas, de 1906 a 1932 a assistência ao sertanejo retirante foi feita por instituições criadas pelo Governo da República.

Em 1906 teve início a institucionalização dos socorros públicos com a fundação de diversos órgãos como a Secretaria de Estudos e Obras Contra as Secas (SEOCS), a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909 e a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919. Em 1945 esse órgão mudou de nome novamente, passando a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. A localização desses organismos burocráticos no Ceará era consequência da força política das elites cearenses. Com isso, se instituía a “questão regional” num âmbito nacional.

### **Conceito de “desvalido”**

O termo “desvalido” foi empregado na primeira metade do século XIX originalmente associado à violência. Essa relação se intensificou quando d. Pedro I ao outorgar a Constituição de 1824 precisou instituir a Guarda Nacional para defendê-la porque a sua imposição gerou revoltas nas províncias. Ao abdicar em 1831 em favor de seu filho – Pedro de Alcântara – o problema apenas foi transferido aos governos seguintes: passando aos regentes e depois ao próprio segundo imperador. De acordo com José Murilo de Carvalho as “perturbações políticas só se arrefeceram na capital em 1834, quando foi aprovado o Ato Adicional...”<sup>2</sup> Por essa lei as províncias ganharam mais autonomia, sendo legitimado o poder local, apoiado na figura do coronel da Guarda. Acentuaram-se as disputas por terra e pelo poder político entre os régulos dos sertões do Brasil, dando ensejo ao fenômeno do coronelismo. Com isso, embora houvesse sido afastada a agitação da

capital do Império, ela permaneceu nas demais províncias, tornando comum os ataques as propriedades, incêndios de domicílios, tocaias e assassinatos.

Nessa conjuntura político-social, o termo “desvalido” era basicamente empregado para designar alguém vítima de violência, que devido a sua condição de velho, mulher ou criança era considerado incapaz de se valer pelos seus próprios meios. O termo foi utilizado nos séculos XVIII e XIX para categorizar situações sociais distintas – primeiro a violência, decorrente da falta de segurança pública, e depois as secas. Desse modo, antes do advento da seca de 1877-79 que atingiu o Ceará e as demais províncias da região Nordeste, o principal problema que afetava a população cearense era a violência; tanto a privada, ou seja, aquela ocorrida no interior dos domicílios envolvendo as famílias, quanto a pública que se desencadeava por ocasião das disputas político-eleitorais. Nesse caso, a taxa de mortalidade por homicídios atingia sobremaneira a população masculina.

Na primeira metade do século XVIII a palavra “desvalido” foi empregada pelo escritor José de Alencar no romance cearense *O sertanejo* para caracterizar uma situação na qual uma viúva pedia refúgio a um potentado rural local. Ela, dona Águeda, ao se aproximar do capitão-mor Campelo justificou seu pedido de ajuda dizendo “pois nunca faltou ao pobre e desvalido; e assim não abandonará esta mísera viúva, que vivia afortunada e na abundância, mas agora aqui está a seus pés, desgraçada, sem marido, sem abrigo, na maior penúria”.<sup>3</sup> Com isso, essa viúva era considerada desvalida porque perdeu o marido que lhe garantia sustento material e abrigo. Ela narra a violência sofrida por sua família, dizendo “matou meu marido, deitou fogo na casa...”<sup>4</sup> A violência masculina deixava um quadro social marcado por desvalidos, órfãos e viúvas. O pai do romancista, padre Martiniano de Alencar, que governou o Ceará entre 1834 e 1837 e como membro da elite política do Império, pôde avaliar a

dimensão do principal problema que flagelava a população:

De certo, a primeira e mais urgente necessidade, que temos é a de se fazer efetiva a segurança ao menos pessoal, em nossa Província, o Cidadão Cearense não goza daquela convicção de segurança indispensável a qualquer homem para se entregar com eficácia ao desempenho daquilo, a que tenha de se aplicar: o agricultor ao pé de sua lavoura, o criador atrás do seu gado, o viajante nas estradas, o negociante no seu escritório, o empregado público mesmo no seu gabinete, todos receiam a cada instante o punhal, ou o fuzil do assassino.<sup>5</sup>

Como afirma Antônio Otaviano, referindo-se ao Ceará no século XVIII, “os cotidianos de mulheres e homens cearenses foram entrecortados, nas mais diversas direções pela presença constante da violência”.<sup>6</sup> O problema era decorrente, como assinalamos, das mudanças conjunturais que atravessava o estado brasileiro. Por esse motivo, quando os conservadores liderados por Eusébio de Queirós voltaram ao poder em 1840, recriaram o Conselho de Estado e aprovaram a lei de Interpretação do Ato Adicional,<sup>7</sup> que lhes permitiu centralizar novamente a administração pública e, com isso, realizar a pacificação política do Brasil por meio de uma ação geral de combate à violência e a criminalidade. Porém, isso foi um processo demorado que se estendeu por quase todo o século XIX e que teve como fim último a manutenção institucional do Império ameaçado por sublevações.<sup>8</sup>

Essa política obteve sucesso no Ceará até 1877, quando eclodiu uma “grande seca” e as secas na região Nordeste passaram, em importância, a se sobrepor a violência, relegando o problema da falta de segurança pública a um segundo plano. A partir dessa data o termo “desvalido” foi resignificado, sendo associado quase que exclusivamente ao retirante fugitivo das estiagens. De modo geral, a população migrante vitimada pela desorganização do setor de abastecimento, durante os períodos de estio era considerada “desvalida”. Assim, ao longo das 5 secas ocorridas entre 1877 e 1932 houve a formação e o adensamento de

um contingente populacional de migrantes que teve nas ruas da capital do Ceará e nas dos municípios onde foram instaladas comissões de socorros, o cenário de suas vidas com suas adversidades. Entre estas, podemos indagar como essa população pobre enfrentou um contexto de abandono das autoridades, violência policial, exploração sexual, exclusão geográfica e desemprego?

Para avaliar essa questão adotamos o procedimento metodológico de fazer algumas delimitações temporais e espaciais, estabelecendo como marco inicial o ano de 1877, quando começou a migração em massa para Fortaleza e foi implantado o projeto Pompeu Sinimbú. Outro limite foi o ano de 1887, com a realização do *Arrolamento da População de Fortaleza e Subúrbios* que nos possibilitou avaliarmos as mudanças ocorridas nesse interregno de tempo. Esse documento trouxe alguns esclarecimentos sobre a composição demográfica e distribuição social da população, considerando-se os eventos que o precederam como a seca e a migração. O marco final foi o ano de 1932, momento de mais uma seca, quando se observa nela uma característica nova: a rejeição ao migrante e a adoção de medidas que evitassem a sua chegada e permanência na capital cearense.

### **Projeto Pompeu-Sinimbú: a seca como vetor do progresso material**

Segundo Rodolfo Teófilo durante a seca de 1845-46 houve o deslocamento da população flagelada pelo interior e em direção à Fortaleza, sendo que milhares de pessoas morreram vítimas de fome e doenças. Diante da pauperização das condições de sobrevivência do homem do campo, o governo enviou esmolas ao sertão e o problema foi amenizado. No ano seguinte veio o inverno e os sertanejos voltaram a plantar suas lavouras, cuidar do seu gado e da casa, de modo que em poucos anos mal se recordavam da horrível calamidade que tinham

enfrentado. Com isso, o ano de 1877, véspera da grande seca, “veio encontrar a população do Ceará fruindo as venturas de um bem-estar de trinta e dois anos”.<sup>9</sup> Desse modo, a seca de 1845 não mazelou a província cearense com a mesma intensidade que a de 1877-79 pelos seguintes motivos: ela durou apenas 1 ano, a população era 2,9 vezes menor (girando em torno de 340 mil pessoas) e o socorro era *direto*, ou seja, o retirante para receber o auxílio alimentar não precisava trabalhar, aspecto que antecipava o retorno das famílias aos seus domicílios.

Já a seca de 1877-79 foi catastrófica, podendo receber o epíteto de “grande seca”. Sua maior gravidade se deveu a sua duração (3 anos), e ao crescimento demográfico da província, cuja população perfazia cerca de 986 mil pessoas. Esse quadro era agudizado pela paralização da produção agrícola que afetava o setor de abastecimento, considerado o mais frágil às secas dentro da economia do Nordeste. De acordo com Celso Furtado o “ponto débil de toda a estrutura socioeconômica estava na produção de alimentos para autoconsumo, a qual dependia de que a precipitação pluviométrica anual alcançasse certo nível mínimo e apresentasse determinada distribuição”.<sup>10</sup> Entretanto, os problemas decorrentes dessa seca foram potencializados com a idealização do projeto Pompeu Sinimbú, proposto pelo senador Tomás Pompeu de Souza Brasil e implantado em 1878 quando o senador João Lins Vieira Cansação de Sinimbú se tornou presidente do Conselho de Estado da Coroa.

Em mensagem enviada por Sinimbú ao rei Pedro II ficou definido que o projeto consistia, de modo geral, em “Tirar vantagem da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis tantos braços ociosos”.<sup>11</sup> Essa proposta se concretizou pela aplicação de uma política de socorro *indireto*, ou seja, para receber o auxílio do governo o sertanejo desvalido precisava dar a contrapartida do trabalho. Ela se originou da constatação feita pelo senador cearense, num discurso realizado no

senado em 1868, no qual afirmava que “O auxílio que, há certos anos a esta parte [Centro-Sul], o Estado tem prestado às províncias para favorecer o desenvolvimento de seu progresso material, e com que muito têm aproveitado, não tocou ao Ceará”.<sup>12</sup>

Com isso, o projeto objetiva tirar proveito dos socorros públicos que o governo pela lei era obrigado a prestar à população brasileira. De acordo com Norberto Bobbio “o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas”.<sup>13</sup> De fato, no Brasil a história dos direitos humanos relativos a população da região Nordeste pode ser observada, grosso modo, a partir da aprovação da Constituição de 1824, que no seu título 8º: “Das disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”, determinava entre eles a garantia dos “socorros públicos”.<sup>14</sup> Contudo, o conceito de “socorros públicos” foi subvertido pelo esforço das elites políticas do Nordeste, sobretudo do Ceará, conjugando o sentido de “assistência” com o de “progresso”, na proporção em que substituiu o socorro *direto* pelo *indireto*.

Desse modo, é razoável se falar em “projeto” porque ele tinha um objetivo de longo prazo: compensar o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul do Brasil. Isso se daria através de uma política que transformasse a seca em vetor de progresso material, por meio da exploração de trabalhadores desvalidos em obras públicas. Sua implementação foi feita pela oligarquia Pompeu-Acióli que governou o Ceará de 1896 até 1912. O projeto foi uma reação à conjuntura político-econômica ensejada pela Independência (1822), pois segundo Maria Odila, o Brasil como “metrópole interiorizada, lançou os fundamentos do novo império português chamando a si o controle e a exploração das outras ‘colônias’ do continente como o Nordeste”.<sup>15</sup> Com isso, a região tinha um duplo problema: o seu papel econômico periférico e a escassez de recursos naturais. Por isso, a nova política de socorros públicos



iniciada em 1878, com a ascensão do gabinete Sinimbú, foi uma consequência desse projeto que estimulava à migração interna com a criação de Comissões de Socorros e Obras Públicas criadas em diversos municípios do Ceará por pressão das elites locais, embora a sua maior parte fosse centralizada em Fortaleza.

Nesse sentido, jornais como *O Retirante*, intitulado “órgão das vítimas das secas”, noticiavam a migração em massa para Fortaleza dos sertanejos indigentes, que vinham “em busca das esmolas desta infeliz província”. Os desvalidos que chegavam à capital cearense, se apresentavam num completo estado de miséria e abandono. O jornal completava a notícia dizendo que fazia pena e causava “compaixão o estado lastimoso destas pobres vítimas da seca”.<sup>16</sup> Eles chegavam à capital cearense subalimentados e cadavéricos, devido às longas distâncias percorridas. A denominação “retirante” tinha um sentido pejorativo, fazendo alusão à retirada dos rebanhos de gado, sendo atribuída a todos os desvalidos socorridos fora dos seus municípios de origem, o que incitava a animosidade local.

A população de Fortaleza sextuplicou com a chegada das caravanas de retirantes, pois em 1876 residiam na cidade aproximadamente 30 mil habitantes. Mas, com a migração essa população se elevou para mais de 130 mil em 1878, o que impactou sobre a realidade social e sanitária da cidade.<sup>17</sup> Os retirantes que chegavam à periferia, inicialmente eram instalados no morro do Croatá (região de dunas), abrigando-se em barracos construídos de palha de carnaúba e adobe, formando os chamados abarracamentos. Depois de instalado, o retirante desvalido era classificado em “válido” ou “inválido”, dependendo da sua condição física para o trabalho nas obras públicas em execução na província.

## Modelo de Atendimento aos Retirantes

Para implantar o projeto Pompeu-Sinimbu o governo do Ceará precisou criar um modelo de atendimento aos retirantes que favorecesse o abandono do sertão. Por isso, na seca de 1877-79 ele estabeleceu um aparato administrativo centralizado em Fortaleza, por meio da criação de Comissões de Socorros e Obras Públicas. A cidade foi seccionada em distritos, que eram grandes áreas onde se localizavam os chamados “abarracamentos”, conjunto de centenas de choupanas (ou barracas) precariamente construídas pelos próprios desvalidos durante as secas. Nos abarracamentos era feita a distribuição dos gêneros alimentícios como contrapartida pelo trabalho dos retirantes. Havia, em vários deles, escolas separadas para meninos e meninas, um conjunto de empregados com diferentes funções como inspetores, chefes de famílias, escrivães, chefes de turmas, chefes das olarias, enfermeiras, cozinheiros, lavanderia e serventes para as enfermarias.

Por isso, essa estrutura assistencial atraiu grandes contingentes de famílias que se estabeleceram nos arredores de Fortaleza, distribuídas em 12 distritos, com uma média de 9.295 pessoas desvalidas, totalizando cerca de 111.540 indivíduos.<sup>18</sup> Nos distritos funcionavam três tipos básicos de comissões. Havia a de Pronto Socorro encarregada de fornecer alimentos aos indigentes recém-chegados e distribuí-los pelos abarracamentos de acordo com os respectivos comissários. Havia uma Comissão de Emigração incumbida de alistar os desvalidos que quisessem emigrar para fora da província. Existia também uma Comissão Domiciliária para alistar as famílias que chegassem do sertão, e decidir sobre o socorro que devia ser distribuído semanalmente a cada uma delas.

Apesar disso, os “socorros públicos” em Fortaleza não eram suficientes para atender a todas as famílias. Além dos 12 distritos

conhecidos, começou a ser organizado um décimo terceiro onde existiam 400 famílias à espera de alistamentos e 100 crianças para a matrícula na escola. Contudo, essas comissões funcionavam mal devido ao enorme quadro de desvalidos, aos desvios de recursos e ao predomínio do autoritarismo e do paternalismo dos responsáveis, que se utilizavam da função de chefia para tirar proveito dos retirantes, sobretudo das mulheres e meninas. Essa situação piorava quando após a seca ser declarada terminada, com as primeiras chuvas, eram desarticulados os socorros e os indigentes forçados a voltar ao sertão. As viúvas e os órfãos que permaneciam em Fortaleza ampliavam a sua área periférica, de modo que essa passou a ser composta por uma grande quantidade de mulheres e crianças, que sobreviviam esmolando pelas ruas.

De acordo com Denise Bernuzzi de Sant'Anna no século XIX havia o preceito civilizatório da necessidade de exibição de uma aparência limpa das pessoas e dos domicílios, de modo que a manutenção da salubridade dos espaços públicos no Brasil se tornou crescentemente uma tarefa das câmaras municipais.<sup>19</sup> Dessa forma, o projeto Pompeu Sinimbu foi implementado a despeito do espetáculo de famílias retirantes andrajosas, deambulando pelas ruas da cidade contrariarem os ideais de higiene da época. A presença de retirantes em Fortaleza era considerada tanto uma ameaça de contaminação do ar porque os desvalidos podiam disseminar doenças como a varíola, o beribéri, e o tifo, quanto um problema de limpeza e ordem pública.

No entanto, apesar disso, eles eram atraídos a capital porque eram necessários ao projeto de poder das elites. Com isso, se por um lado, representavam a sujeira e a desordem, por outro com o seu trabalho promoviam o progresso e a civilização, enquanto edificação de obras públicas. Assim, terminada a seca de 1877-79, diversas cidades do Ceará receberam obras como escolas, igrejas, pontes, estradas e açudes.

Fortaleza fora toda reformada e reestruturada, criando as pré-condições para que a partir de 1880 uma série de serviços e equipamentos urbanos fossem incorporados à zona urbana da cidade, como parte do seu processo de remodelação arquitetônica e disciplinarização espacial.<sup>20</sup>

Na seca de 1888-89 o medo das multidões de retirantes famélicos, o gasto volumoso de recursos públicos e, principalmente, administrações não sintonizadas com a oligarquia Pompeu-Acióli levou a que o modelo baseado em “comissões de socorros” aos desvalidos sofresse alguma resistência. O presidente Henrique D’Ávila descentralizou os socorros na capital e o seu sucessor, Caio Prado, fomentou a migração para fora da província. Essas medidas eram contrárias a lógica intrínseca ao projeto Pompeu-Sinimbu porque se o retirante era estimulado a permanecer no seu domicílio ou se quando migrava recebia passagens do governo da República para fora da província, se tornava inviável realizar o projeto de progresso baseado na utilização do seu trabalho. D’Ávila sofreu tanta resistência das elites cearense que sua gestão durou apenas três meses.

O presidente da província Caio Prado promoveu o financiamento da emigração dos retirantes para as províncias do Norte e do Sul como saída para a situação calamitosa em que se encontrava a população do Ceará. Essa medida provocou discussão sobre o melhor destino dos imigrantes – se o Norte ou o Sul. Segundo Viviane Lima, as elites políticas cearenses defendiam a migração para o Sul porque acreditavam que os sertanejos que chegassem a essa região teriam maior dificuldade para se adaptar e criar laços, retornando após a seca ao seu lugar de origem. Enquanto que a migração para o Norte poderia ser definitiva haja vista a maior familiaridade do sertanejo com essa região e, passada a seca, o Ceará viveria uma crise econômica provocada pela falta de braços para a lavoura.<sup>21</sup> Apesar dessa polêmica, o governo da província nos anos de 1888 e 1889 promoveu a migração em massa

tanto para o Norte quanto para o Sul objetivando aliviar a tensão social provocada pelas multidões de retirantes desvalidos, cujos socorros públicos eram nitidamente insuficientes para atendê-los.

De acordo com Raimundo Girão entre 1869 e 1900, cerca de quase 301 mil pessoas migraram do Ceará, sendo que 225.526 foram para a Amazônia e 45.376 para o Sul. Do total de emigrados 113.633 retornaram ao Ceará, permanecendo fora da Província 62,2% da população total migrante.<sup>22</sup> Durante as gestões Ávila e Prado na seca de 1888-89, foram emitidas 5.860 autorizações para emissão de passagem marítimas para fora da província, totalizando 31.835 pessoas desvalidas que migraram para o Norte e o Sul do Brasil. Das passagens concedidas 91,7% foram para grupos de duas ou mais pessoas com laços de parentesco,<sup>23</sup> o que indicava que a migração era basicamente familiar.

Desse modo, inúmeras famílias encontraram na migração o alento para a situação de extrema calamidade a que estavam imersas. Contudo, o processo migratório gerou, desde o momento do embarque, o aviltamento das famílias. De acordo com Rodolfo Teófilo o “embarque era feito de modo aflitivo. Os encarregados dos transportes para as lanchas arrancavam as crianças dos braços maternos e levavam-nas como fardos que sacudiam sem piedade no fundo da embarcação”.<sup>24</sup> Por outro lado, a situação das famílias que permaneciam em Fortaleza não era nada lisonjeira porque estavam sujeitas à varíola, à mendicância, ao trabalho nas obras públicas (na maioria das vezes sem remuneração), e à ação de inescrupulosos moradores da cidade que aliciavam mulheres e moças, sob o pretexto de casamento, para a exploração sexual e o trabalho doméstico.

A política de apoio a migração e a prestação de socorros descentralizados desagradou a oligarquia Pompeu-Acióli. Por isso, com o advento da seca de 1900 houve uma retomada do projeto Pompeu Sinimbu proposto pelo presidente Pedro Augusto Borges, cooptado pelo

comendador Nogueira Acióli, chefe da oligarquia, que dominou o poder político no Ceará de 1896 até 1912, quando se deu uma grande revolta popular que derrubou o seu governo. A retomada do projeto se deu como uma reação à descentralização dos socorros e a política de migração para fora da província. Essa retomada do projeto se assentou na defesa de uma Política de Socorros Estáveis e Completos (PSEC), que defendia a continuidade da execução de obras públicas mesmo depois de terminada a seca.

Essa proposição se efetivou por meio da fundação do primeiro órgão de combate às secas no Nordeste: a Superintendência de Obras e Estudos Contra as Secas no Ceará – SEOCS (1906). Depois disso, os órgãos de combate às secas ganharam um âmbito federal com o surgimento da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS (1909), da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS (1919) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (1945). Desse modo, a partir do início do século XX as multidões de retirantes esfaimados não eram mais uma pré-condição para a realização de obras públicas porque o modelo de assistência baseado nas “comissões” foi substituído pelo das “instituições”.

Por isso, o sertanejo desvalido que migrou depois de 1900 se tornou crescentemente indesejado, passando a significar uma iniquidade, de modo que na seca de 1915 foram criados os currais cercados onde os retirantes eram obrigados a permanecer. Na seca de 1932 o governo recrudescer essa prática através dos chamados “campos de concentração”, mantendo os desvalidos nos subúrbios, impedindo-os de se aproximarem do centro da cidade de Fortaleza. De acordo com Kênia S. Rios os “Campos ficariam próximos dos bairros pobres da cidade. Afinal, os miseráveis habitantes da malha urbana pouco estranhariam as cenas trazidas pelos novos vizinhos”.<sup>25</sup>

## Válidos e Inválidos

No período em que vigoraram as comissões, os sertanejos migrantes eram, logo que chegavam aos abarracamentos, classificados quanto a sua capacidade de trabalho em “válidos” ou “inválidos”. O ideal seria, considerando-se a lógica inerente ao projeto Pompeu-Sinimbú, que a mão de obra recém-chegada fosse predominantemente masculina. Entretanto, o sucesso da política imperial de pacificação dos sertões do Nordeste, encetada a partir de 1840 pelo gabinete Eusébio, não tivera tempo suficiente para recuperar o equilíbrio demográfico, equacionando a razão de masculinidade. Com isso, as caravanas de retirantes que chegavam à Fortaleza traziam além de famílias, uma massa de população formada por grande presença de mulheres e crianças. Os “desvalidos da violência” também se tornaram “desvalidos das secas” porque no momento da crise climática eram os mais frágeis socialmente e, por isso, os que primeiro abandonavam o sertão. Dessa forma, em razão da demanda por mão de obra, mulheres e órfãos eram classificados como válidos, a despeito da revolta que essa medida do governo causava entre pais, maridos e irmãos, por subverter a divisão social do trabalho existente no campo.

Não obstante, no decorrer da seca a quantidade de mão de obra válida disponível tendia a declinar porquê do conjunto de indivíduos que davam entrada nos lazaretos (hospitais) mais de 50% deles faleciam. A situação dos doentes era precária, por serem eles debilitados pelo esforço do trabalho, pela parca alimentação e por um atendimento médico improvisado, feito com poucos recursos. Isso fazia com que a mortalidade grassasse livremente entre a população atingida principalmente pela varíola e por outras enfermidades como o tifo e o beribéri. A estrutura de assistência organizada pelo governo era insuficiente para diminuir a taxa de mortalidade nos pequenos lazaretos

onde o número de doentes era menor do que nos grandes. No entanto, se nesses “onde se presumia melhor assistência, a mortalidade foi superior a cinquenta por cento, o que seria naqueles onde se achavam em tratamento alguns mil doentes?”<sup>26</sup>

A política de socorros públicos implantada durante a seca de 1877-79 era uma máquina de moer retirantes. Eles chegavam à Fortaleza debilitados pelo deslocamento nas estradas e veredas do sertão. A sua concentração em abarracamentos terminava facilitando o surgimento de conflitos e a proliferação de doenças como a varíola. Era alta a mortalidade adulta masculina. Isso ocorria porque pais, tios e avôs terminavam tendo a função de prover a família, empregando-se em trabalhos desgastantes nas obras públicas em execução na capital, como o transporte de pedras, a construção de pontes e estradas, a edificação de igrejas e escolas e o carregamento de mercadorias até os armazéns centrais das Comissões de Socorros. Isso se deu principalmente na seca de 1877-79 porque houve grande exploração do sertanejo desvalido. No entanto, durante crises climáticas como secas ou enchentes a mortalidade tendia a ser predominante entre as crianças. Na seca de 1932, durante a construção do açude do Boqueirão de Piranhas na Paraíba, foram empregadas grande levadas de trabalhadores com suas famílias, entre os quais de junho de 1932 a abril de 1933 morreram 131 adultos e 824 crianças.<sup>27</sup>

Na seca de 1877-79 mulheres e crianças eram a maioria nos abarracamentos administrados pelas Comissões de Socorros e Obras Públicas. Segundos os dados computados pelos encarregados Manoel Antônio e Marcelino, num abarracamento localizado no oitavo distrito existiam 226 homens e 1.198<sup>28</sup> mulheres. Esse abarracamento abrigava ao todo 2.632 pessoas, incluindo-se as crianças. Desse total, 36% eram consideradas “válidas”, ou seja, aptas ao trabalho e 64% pessoas eram consideradas “inválidas”. Esse percentual elevado de inválidos se devia



ao fato da denominação de “invalidez” se referir com frequência às mulheres e às crianças, que eram a maioria dos desvalidos. Por conseguinte, mulheres e crianças, eram também a maioria dos “braços válidos”, como podemos observar no mapa dos indigentes do abarracamento do bairro São Sebastião, localizado no sétimo distrito, sobre o qual o comissário apresentou os seguintes dados:

ABARRACAMENTO S. SEBASTIÃO (FORTALEZA, 7º DISTRITO)

<b>Classificação da População</b>	<b>Quantidade</b>
Homens válidos	114
Homens inválidos	32
Mulheres válidas	847
Mulheres inválidas	139
Meninos válidos	275
Meninos inválidos	36
Meninas válidas	892
Meninas inválidas	46
<b>Total</b>	<b>2.381</b>

*Fonte:* APEC – Comissão de Socorros Públicos, 17 de julho de 1879.

Entretanto, o emprego de mulheres consideradas aptas em obras públicas costumava gerar revoltas entre os desvalidos porque os homens procuravam reproduzir nos abarracamentos a divisão social do trabalho existente no sertão em que as mulheres cuidavam dos domicílios e os homens da lavoura. Eles reagem contra a imposição do trabalho feminino o que ocasionava frequentemente a intervenção policial. Apesar dessa tensão existente nos distritos, mulheres e crianças eram regularmente empregadas em serviços do governo.

O fato dos desvalidos serem mulheres ou crianças, para as

autoridades não era motivo suficiente para classificá-los como “inválidos” e, portanto, dispensá-los do trabalho, devido a demanda que havia por mão de obra. No Abarracamento de São Sebastião o número de mulheres “inválidas” era 4,3 vezes maior do que o de homens nessa mesma categoria. O que os tornava “inválidos”? Os motivos eram variados, como: a doença, a velhice, a deficiência física, o abandono, a viuvez e a orfandade. Por outro lado, é preciso ponderar que mesmo um percentual considerável de mulheres sendo classificadas como “válidas”, isso não significava que elas trabalhassem nas obras públicas. A confecção de mapas demográficos seguindo a divisão válido/inválido era decorrente do esforço dos comissários de socorros que seguindo ordens do governo municipal e estadual intencionavam obrigar mulheres e crianças ao trabalho.

Esse quadro demográfico, marcadamente feminino, remonta a primeira metade do século XIX, quando o problema da falta de segurança e, por conseguinte, a expansão da violência era a principal calamidade pública responsável pelo esfacelamento das famílias no sertão do Ceará e possivelmente por todo o Nordeste, elevando a taxa de mortalidade entre os homens, por serem estes envolvidos em sublevações contra a Coroa como a Revolta de 1817, a Confederação do Equador em 1824 e a Revolta Liberal de 1842 em Pernambuco. Esse quadro demográfico tendia a piorar na proporção em que caravanas de retirantes chegavam diariamente à Fortaleza. Mas, ele era amenizado na medida em que o governo financiava a migração concedendo passagens aos desvalidos, determinando aos agentes da Companhia de Navegação a Vapor *Red Cross Line of Mail Esteamer* que dessem passagens para fora da província às famílias de vários pontos do Ceará como aconteceu na seca de 1888-89.

No Ceará, embora também fosse expressiva a mortalidade entre os adultos, os jornais costumavam dar mais destaque à morte de

crianças, como a de um menino de 8 anos de idade “filho da *inválida* [grifos nossos] viúva Anna Maria da Conceição, retirante de Canindé! Henrique chamava-se essa infeliz criança. Horror, extrema dor e sepulcral respeito causou-nos a vista do cadáver-esqueleto, que a terra já começou a devorar”.<sup>29</sup> Embora o centro da notícia fosse a morte do menino Henrique, pode-se por ela observar a ligação estreita entre “mulher viúva” e “invalidez”, perceptível a partir da constatação da existência de um número tão grande de mulheres e crianças em Fortaleza. Isso era o resultado da migração e do fato de que viúvas e órfãos eram excluídos da ordem de retorno ao sertão, depois de terminada a seca, por serem considerados inválidos. Além disso, aquelas famílias que haviam melhorado as suas choupanas por meio de pequenas reformas e acréscimos de materiais como adobe, telhas, caibros e tijolos se reusavam a abandonar tudo e partir. Outras haviam conseguido trabalho no centro da cidade, empregando-se no serviço doméstico ou na venda de mercadorias na rua. Porém, a concessão de permanência não significava que o governo cogitasse de alguma forma em atendê-las. Com isso, sobrava-lhes a vida de mendicância na capital e o trabalho nos domicílios.

Não obstante, os órfãos dos diversos municípios cearenses eram enviados à Fortaleza, como se pode ler de um trecho do ofício expedido pelo intendente (prefeito) de Aracati: “Segue hoje para essa capital 39 órfãos vindos de diversos pontos de encontros nas ruas desta cidade, afim de V. [Excelência] dar-lhes o destino que julgar conveniente acompanhando a este a relação nominal deles”.<sup>30</sup> A capital cearense se tornara a cidade com um sistema institucional de controle e correção das crianças órfãs, pobres e desvalidas erigido com a fundação da Colônia Orfanológica Cristina em 1880 e a participação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará em 1864 no recrutamento dos chamados “menores vadios”. A prática do socorro indireto, preconizada

pelo projeto Pompeu Sinimbú, que obrigava o sertanejo desvalido ao trabalho fomentou a migração em massa para a capital cearense. O resultado disso era um crescimento constante da população dos arrabaldes, pois segundo Rodolfo Teófilo “cada flagelo que passa deixa na capital do Ceará algumas centenas de inválidos, a aumentar a cifra já bastante crescida desses inúteis e pedintes”.<sup>31</sup>

### **Mulheres chefes de famílias**

Esses recém-chegados passaram a dilatar, entre outras coisas, o número daqueles que chefiavam domicílios na periferia, sobretudo mulheres e viúvas. Alguns historiadores e demógrafos da família têm feito oposição ao emprego generalizado do conceito de “família patriarcal” de Gilberto Freyre, por considerá-lo restrito a zona açucareira pernambucana. Contudo, Freyre analisa em *Casa Grande e Senzala* a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Ele entendia que essa “economia patriarcal” tinha por “base, a agricultura” e entre as condições necessárias ao seu funcionamento constava a “estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim a cultura econômica e social do invasor”.<sup>32</sup>

Mas, de acordo com Mariza Correia embora a família patriarcal possa ter existido e o “seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira”.<sup>33</sup> A respeito da abrangência do conceito de família patriarcal o próprio Freyre realizou uma avaliação da sua amplitude. Segundo ele “nossa verdadeira formação social” teria se processado de “1532 em diante, tendo a família rural e semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de

colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros”.<sup>34</sup>

Não obstante, alguns historiadores costumam confundir na obra de Freyre a noção de “família patriarcal” com “família extensa”. O que implicaria que os domicílios formados por poucos indivíduos seriam uma negação do patriarcalismo. Mas, segundo Ronaldo Vainfas a “maior ou menor concentração de indivíduos, fosse em solares, fosse em casebres, em nada ofuscava o patriarcalismo dominante, a menos que se pretenda que, pelo simples fato de não habitarem a casa-grande as assim chamadas ‘famílias alternativas’ viviam alheias ao poder e aos valores patriarcais”.<sup>35</sup>

Com isso, o patriarcalismo não se definia pela quantidade de indivíduos que compunham os domicílios na época colonial e imperial, nem pela exclusividade da casa grande, mas pelo seu nível de repercussão social como fator masculino de organização econômica e estabilização da sociedade, seja por meio do empreendedor senhor da casa-grande ou do lavrador macho-provedor. A respeito dessas “famílias alternativas” Eni Samara observou imbuída da noção de “patriarcal” associada a “extenso” que “Trabalhos monográficos recentes mostram a predominância, já no final do século XVIII, de famílias com estruturas mais simplificadas, especialmente no sul do país”.<sup>36</sup> Contudo, Bert Barickman observa que essa bibliografia revisionista, apesar de suas valiosas contribuições, teria como ponto fraco o fato de que quase todos os estudos se baseavam em censos nominativos que focalizavam os estados de São Paulo e Minas Gerais, enquanto eram raros os “estudos que utilizam o mesmo tipo de documentação para investigar o Nordeste; por isso, pouco se sabe sobre as estruturas domésticas numa região vasta e variada que, no início do século XIX, abrigava quase a metade da população brasileira”.<sup>37</sup>

As estruturas domésticas em Fortaleza até o advento do processo de institucionalização do problema das secas no Ceará em 1906, foram

afetadas pelo modelo de atendimento aos retirantes que favoreceu a migração das famílias desvalidas do sertão em direção ao litoral. Com a possibilidade da permanência da população de “inválidos”, formada sobretudo por órfãos e viúvas, se deu o fenômeno social novo de mulheres chefiando famílias em pleno século XIX. Esse cenário demográfico se tornou mais visível com a confecção do *Arrolamento da População de Fortaleza e Subúrbios de 1887* porque ele apresenta um quadro demográfico bastante detalhado relativo a uma província do Nordeste.

No entanto, para a sua devida compreensão é importante não tabular os números de forma congelada no tempo, mas analisá-los à luz da conjuntura histórica, que no caso do Ceará foi marcada pela seca e pela migração, que desencadeava a formação de uma população de desvalidos, considerados inválidos e formada sobretudo por mulheres viúvas e órfãos. Isso se iniciava quando o governo da província, depois de anunciar o fim da seca, mandava cancelar a política de “socorros públicos”, suspendendo o envio de gêneros alimentícios aos flagelados e desarticulando as instalações construídas para abrigá-los.

Dos 12 abarracamentos construídos durante a seca de 1877-79, 9 foram imediatamente derrubados após a declaração do seu fim, ficando apenas o da Tijubana e o da Jacarecanga (bairros da periferia na época). O primeiro foi desativado pouco tempo depois e as populações de viúvas e órfãos desvalidos, nele atendidas, foram remetidas para o segundo, dando início a um novo foco populacional que se adensou e ampliou na periferia da cidade. Na compreensão das elites e do governo provincial, “desvalidos” eram todos aqueles desprovidos de condições de se manterem economicamente sem a ajuda dos poderes públicos. Com isso, durante a seca e devido à conjuntura de desorganização da agricultura e da pecuária, que impactava diretamente sobre o setor de subsistência, todo sertanejo migrante era considerado um “desvalido”.

Entretanto, com a eliminação dos abarracamentos entrava em

funcionamento uma subcategoria social de desvalido – os inválidos. Esse grupo era formado basicamente por mulheres, viúvas e órfãos, considerados incapazes de proverem o próprio sustento material. Por esse motivo, eles eram excluídos da ordem geral de retorno ao sertão, tolerando-se sua permanência na cidade de Fortaleza. Além da permanência dos desvalidos “inválidos”, no abarracamento da Jacarecanga, algumas famílias sertanejas resistiram à ordem de retorno ao sertão, alegando que não poderiam abandonar seus novos domicílios feitos de alvenaria e melhorados durante a seca. Apesar disso, o governo os expulsou o quanto pôde de volta ao sertão com o uso excessivo de força policial.

A observação dos dados compilados pelas Comissões de Socorros e Obras Públicas indicam a constituição de um quadro demográfico, marcado pelo inchaço populacional que se expandiu ao longo das secas de 1877-79, 1888-89 e 1900, na medida em que aumentava o número de órfãos e viúvas habitando a periferia. Nesses anos, famílias inteiras foram desmembradas através da migração, da fome e da morte pelas epidemias de varíola. Não obstante, a população que remanesceu nos arrabaldes conseguiu se integrar trabalhosamente ao mapa da cidade, modificando demograficamente o seu perfil social. No sexto distrito durante o ano de 1879, das 1.838 mulheres abarracadas, 963 eram viúvas. Dos 932 meninos, 550 eram órfãos e das 1.018 meninas, 590 eram órfãs.<sup>38</sup> O quadro estatístico apresentado por esse distrito se aproximava dos demais, apontando para a formação de uma conjuntura familiar caracteriza por um grande número de mulheres, órfãos e viúvas, enformando uma população predominantemente feminina e jovem.

Essa enorme presença de órfãos e viúvas apareceu no *Censo 1887*, ou seja, aquele feito dez anos depois da grande seca de 1877-79, no qual notamos o predomínio de uma população de mulheres e jovens. Da

população total de 17.715 habitantes, 10.032 eram mulheres (57,2%), 7.483 eram homens (42,7%). Acerca desses números inferiu Eni Samara que essa “[...] predominância feminina, que também existe em outras regiões brasileiras, desde o século XVIII, pode ser explicada, por várias razões. Entre elas está a migração masculina em busca dos novos polos econômicos, deixando as mulheres (mães, irmãs e/ou esposas) sozinhas em seus próprios lares”.<sup>39</sup>

Porém, embora esse aspecto não possa ser descartado ele perde relevância na medida em que a seca de 1877-79 teve um caráter majoritário de migração interna devido ao esforço das elites cearenses de manterem o sertanejo dentro da própria província para explorar a sua mão de obra. Além disso, é preciso considerar o quadro social anterior a seca de 1877, marcado por uma conjuntura de insegurança pública e uma elevada taxa de mortalidade masculina, fazendo muitas mulheres viúvas e deixando muitas crianças na orfandade. Com a eclosão da seca, esses dois grupos eram os primeiros a migrarem por serem os mais desprotegidos. Essas viúvas e órfãos eram considerados inválidos e, portanto, dispensadas da ordem de retorno ao sertão quando terminava a seca, aspecto que contribuía para explicar a existência de uma população jovem e feminina em Fortaleza, pois o *Arrolamento de 1887* indica que dos 17.715 habitantes, 6.439 tinham de 0 a 19 anos e 3.930 tinham de 20 a 44 anos.<sup>40</sup>

A seca de 1877-79, que antecedeu o *Censo de 1887*, provocou um processo migratório principalmente para Fortaleza. A seca na qual houve intensa migração para o Centro-Sul e para o Norte foi a de 1888-89, porém, essa foi basicamente familiar. Na realidade esses números considerados para a capital cearense foram influenciados pela composição demográfica da população dos subúrbios, onde era maior a presença de jovens e mulheres. Com isso, a chefia feminina dos domicílios se dava na periferia em maior escala, como podemos inferir



do relato de Rodolfo Teófilo. Ao visitar domicílios localizados nos arrabaldes, por ocasião de sua campanha de vacinação contra a varíola em 1904. Diz ele:

Entre elas quase não havia homens; a maior parte eram mulheres e crianças. E que mulheres! Verdadeiras megeras, de cachimbo na boca, gaforina arrepiada, sujas e maltrapilhas. Senti calafrios, confesso, quando entrei na primeira choupana. Imagine-se as proporções da choça, que para eu entrar, nela tive de me abaixar até quase ficar de cócoras. Era um pequeno quadrado tendo uns três metros em cada face. As paredes eram feitas de alguns ramos secos dando entrada franca ao sol, a chuva, ao vento e aos olhares dos transeuntes. O teto não resguardava melhor o único compartimento de que se compunha aquela espelunca.<sup>41</sup>

Esses domicílios foram sendo incorporados à planta da cidade e apareceram no *Censo de 1887* como parte integrante dos subúrbios. Isso se processou na medida em que os desvalidos melhoravam sua situação estrutural por meios de reformas e reconstruções que substituíram a palha pela telha, o adobe pelo tijolo, o chão batido pelo cimento e o cipó pelo caibro. Isso ocorria como parte do processo de racionalização espacial, exequível na *Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios (1875)*. A planta de Herbster, e em geral as plantas topográficas, não devem ser vistas necessariamente como uma tentativa de separação entre o “centro” e a “periferia”; como um esforço de criar uma cidade bipartite, mas como um esforço de planejar a expansão da cidade, hierarquizando as relações sociais, determinando e disciplinando os usos e funções dos espaços e equipamentos públicos. Isso levava a segregação dos desvalidos das secas no perímetro marginal da cidade e sua presença no centro como trabalhadores domésticos. A perspectiva de se estudar a chefia feminina dos domicílios tende a ser vista como uma negação do modelo de família patriarcal, pela simples substituição do homem pela mulher na chefia do lar. Segundo Maria Izilda S. Matos esse têm sido um problema nos estudos de gênero porque igualmente difícil de analisar é

“a relação entre o particular e o geral”, constituindo-se num grande desafio para o historiador:

(...) mostrar como os gêneros fazem parte da história, abordá-los mais de modo analítico que apenas descritivo, relacioná-los aos elementos mais conjunturais, estabelecendo relações e articulações mais amplas, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, o que propicia a reinvenção da totalidade histórica dentro do limite do objeto pesquisado.<sup>42</sup>

Nesse sentido, no caso do Ceará a decisão do governo de autorizar a permanência de órfãos e viúvas em Fortaleza estava impregnada de uma “lógica patriarcal” baseada na “produção de um ideal de masculino-provedor”.<sup>43</sup> Com isso, o que legitimava a permanência das viúvas em Fortaleza era o juízo de valor segundo o qual sem marido, as mulheres, além de “desvalidas” entravam na condição de “inválidas”, assim como os órfãos sem famílias. A chefia feminina dos domicílios era um fenômeno conjuntural específico da periferia de Fortaleza e decorreu do processo demográfico de formação de contingentes de viúvas e órfãos e não de uma mudança cultural oposta ao patriarcalismo. Podemos notar isso observando a seca de 1888-1889, quando os dados coletados dos registros da Companhia de Vapores que realizou o transporte dos desvalidos para o Norte e o Sul do País, indicam que 91,30% das famílias eram chefiadas por homens.<sup>44</sup>

Enquanto isso, se formava internamente, a cada seca, uma situação social marcada pela presença feminina, sobretudo de mulheres viúvas. É o que nos permite concluir o *Censo Populacional do Ceará de 1890*, executado pela Diretoria Geral de Estatística na Capital Federal. A apuração do recenseamento, procedido em toda a República, foi concluída no dia 31 de dezembro. Esse trabalho foi imperfeito devido à falta de prática dos indivíduos dele encarregados, como também pelo fato do país ter passado por profundas transformações políticas e

circularem entre a população mais pobre o receio de que o governo da República, que havia pouco mais de ano, planejava com o recenseamento a realização de um recrutamento e a imposição de pesados impostos. “Assim é que nesse estado onde a população não é inferior a um milhão, como facilmente se pode verificar pelo cômputo da natalidade, apenas foram apurados 805.687 habitantes, disseminados pelos 84 municípios”.<sup>45</sup>

Apesar disso das imperfeições contidas nesse censo, nota-se que o número de viúvas (24.030) era três vezes maior que o de viúvos (8.088), demonstrando que o processo de formação demográfica de mulheres e viúvas chefiando domicílios se repetiu em outros centros urbanos do interior do Ceará possivelmente pelo mesmo processo que ocorreu em Fortaleza. Este teve por base, inicialmente, uma elevada taxa de mortalidade masculina decorrente da violência no sertão. Durante as secas os menos favorecidos migravam primeiro. Por isso, mulheres solteiras e viúvas eram a maioria da população migrante. Tanto em Fortaleza quanto em outras cidades do sertão se difundiu a perspectiva de que as mulheres poderiam se tornar chefes de domicílios pela impossibilidade masculina de, em tempos de secas, ser o provedor da família. Terminadas as secas, a população feminina remanescente se tornava responsável pela sua própria sobrevivência por meio do serviço doméstico e da mendicância. Portanto, o elevado índice de mulheres chefiando domicílios em Fortaleza foi algo conjuntural e não estrutural, ou seja, as mulheres chefiavam domicílios dentro de uma sociedade patriarcal.

### **As viúvas santificam o sábado: trabalho doméstico e mendicância**

O principal jornal que noticiava o cotidiano dos sertanejos desvalidos na cidade era o “Retirante” que acompanhava os desenlaces

da permanência dos sertanejos e costumava apelar para a comoção pública, denunciando a desorganização dos laços familiares pela fome e pelo abandono decorrente da seca. “Que de vossos papais, que vos não satisfazem o pedido, que entre soluços lhe fazeis, de uma migalha de pão?”.<sup>46</sup> Com a perda da família biológica, restou aos órfãos das secas o amparo oferecido pelas mulheres solteiras e as viúvas que habitavam nos arrabaldes de Fortaleza.

Os contingentes de crianças desvalidas, formados a cada seca, eram acolhidos principalmente por mulheres pobres, que viviam nas Areias e nos Arrabaldes – denominações gerais das duas áreas pobres de Fortaleza, sobrevivendo na companhia delas, a partir de uma relação de dependência mútua. Outras crianças eram recolhidas das ruas e internadas na Colônia Orfanológica Cristina, de onde eram encaminhadas ao serviço doméstico. Já os meninos que perambulavam pelas ruas da cidade, cometendo pequenos delitos eram enviados à Companhia de Aprendizizes Marinheiros. Com isso, esses órfãos desvalidos experimentaram uma sociabilidade diferente, haja vista estarem deslocados do meio de origem, o rural, e no convívio de mulheres consideradas de má fama.

De acordo com o Arrolamento de 1887, dos 3.328 chefes de domicílios 70,1% eram chefiados por homens e 29,8% por mulheres. Dos 17.504 indivíduos, 10.369 são indicados como sem ocupação. A taxa de desocupação era maior entre as mulheres. Quanto as atividades realizadas por elas, os ofícios mais comuns eram lavadeiras, costureiras e a prostituição. Possivelmente o recenseador pode ter deixado de anotar as diversas atividades informais como vendas em tabuleiros nas ruas e a mendicância em que essa população estava frequentemente envolvida, o que poderia diminuir bastante o número dos desocupados. Isso ajudaria a responder à pergunta: Como as mulheres chefes de famílias faziam para manter economicamente o domicílio? De fato, uma das estratégias

mais comuns de sobrevivência das mulheres pobres era a mendicância realizada com a ajuda de crianças órfãs.

Observou Rodolfo Teófilo que entre a “turba de esmoleres causava grande pena as crianças, os pequeninos, órfãos de pai e mãe, que em companhia de mulheres vadias, de quem eram o ganha-pão, esmolavam cantando”.<sup>47</sup> Teófilo define essas mulheres como sendo “vadias”, ou seja, desocupadas. Porém, quando se observa os números do serviço doméstico na cidade, a partir do censo de 1887, conclui-se que ele era constituído predominantemente por mulheres. Dos 1.414 trabalhadores empregados nos domicílios, 1.025 eram do sexo feminino e 389 do masculino. Além do serviço doméstico esporádico muitas mulheres recorriam à mendicância para sustentarem seus domicílios, sendo responsáveis pela invenção do costume de santificação do sábado, quando se dirigiam ao centro da cidade para mendigar:

Hoje, nos dias de sábado, vê-se uma procissão de esmoleres, rua abaixo e rua acima, e tão crescida que espanta. A falta de brio da arraia miúda, em Fortaleza, chegou ao ponto de santificarem o sábado. Reservam este dia para as esmolas. Já me haviam dito isto, que achei extravagante, mas depois verifiquei ser verdade. As lavadeiras, por exemplo, não trabalham nos sábados pedem esmolas.<sup>48</sup>

O historiador E.P. Thompson se referindo a cultura popular na Inglaterra do século XVIII, observou que “Com frequência, a invocação do “costume” com respeito a um ofício ou ocupação refletia uma prática tão antiga que adquiria a cor de um privilégio ou direito”.<sup>49</sup> Desse modo, a “santificação do sábado” pelos moradores da periferia de Fortaleza significava a invocação de um antigo costume religioso, que remontava a tradição judaico-cristã do velho testamento, na qual o sábado era considerado dia santo, sendo portando vetado ao trabalho. Na tradição bíblica do Novo Testamento o dia guardado ao descanso era o domingo – *die dominicus* – que em latim significa “dia do senhor”, reservado para as coisas de deus como a missa e a esmola.

A população dos arrabaldes se utilizava do sentimento de religiosidade presente para santificar o sábado, reservando-o também como dia para esmolar. Isso não significava dizer que a população da periferia, na sua maioria mulheres, não trabalhasse no sábado. Mas, apenas uma parte dela se recusava a trabalhar, decidindo pedir esmolas, mormente aquela formada por desempregadas. Com isso, a “santificação do sábado” representava uma possibilidade a mais de obter algum dinheiro junto aos habitantes da capital que, nesse dia, passeavam pelas ruas e praças principais da cidade. O sábado era o dia ideal para iniciar a mendicância porque antecipava o domingo, dia já consolidado pela tradição, quando os cearenses iam a missa e davam esmola, ampliando os benefícios advindos da caridade alheia. Por outro lado, a invenção da santificação do sábado era também uma forma encontrada por algumas famílias de evitar deixar os filhos em casa sozinhos porque havia o perigo da violência sexual.

Rodolfo Teófilo ao denominar esse costume de “extravagante” reflete o fato da invocação do costume ferir os princípios capitalistas, em vigor no século XIX, de uma sociedade baseada no trabalho, cuja referência eram sociedades europeias como a francesa, que sob a influência de filósofos iluministas do século XVIII chegaram a defender o fim da “santificação do domingo”, incorporando esse dia ao calendário de trabalho da semana. Contudo, a despeito das críticas de Teófilo a prática de santificar o sábado para mendigar continuou entre os desvalidos porque era necessária a sobrevivência material deles.

### **Casos de violência sexual**

Outro problema que afligia a população migrante, além da pobreza e da necessidade de mendigar, era a exploração sexual. De acordo com Antônio Otaviano no sertão do Ceará o “controle da

sexualidade e dos corpos das mulheres, legitimado pela Igreja e pelo Estado, se coadunava com representações do masculino onde este figurava enquanto vigilante e defensor das honras de irmãs, filhas, mães, sobrinhas... ameaçadas por inimigos externos ao grupo familiar”.<sup>50</sup> No entanto, a desigualdade social agudizada pela seca e pela pobreza, associadas a moradia em domicílios frágeis, com pouca privacidade, subverteram as relações de honra e violência que caracterizaram, nos séculos XVIII e XIX a família cearense. O jornalista abolicionista José do Patrocínio em visita ao Ceará para acompanhar a seca de 1877-79, registrou suas impressões no livro *Os Retirantes* e nos vários artigos escritos para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Sobre a situação de meninas e mulheres em Fortaleza ele constatou que havia uma situação de exploração sexual das moças pobres, dadas a título de “casamento” pelos pais aos moradores da cidade, de modo que grinaldas eram “vendidas por um punhado de farinha”.<sup>51</sup>

Para proteger as meninas e moças do vexame da fome e da mendicância muitas famílias entregavam suas filhas, a título de “casamento”, ou para serem empregadas no serviço doméstico dos domicílios em troca de abrigo e comida. Outras famílias tinham seus filhos sequestrados, como o caso de um grupo de crianças que chorando de fome foi assediado por certa mulher que se aproximou de uma menina sob o pretexto de levá-la para lhe dar algo para comer. A pobre mãe se vendo iludida desconfiou da demora da criança e “saiu em procura de sua filhinha, e debalde andou todo o dia, sem afinal encontrá-la. Voltando à noite para seu rancho, caiu em completo abatimento pelo cansaço e pela fome, ardendo em febre”.<sup>52</sup>

No Rio de Janeiro, José do Patrocínio fazia reverberar por meio do jornal o *Besouro* uma opinião diferente da imprensa cearense, quase toda favorável a que o desvalido migrasse para ser atendido na capital. Para o jornalista a desonra e a promiscuidade a que as famílias sertanejas

eram submetidas se deviam a migração para a capital e para outras províncias, onde existiam outros costumes e outra educação.<sup>53</sup> Em Fortaleza muitos indivíduos considerados inescrupulosos iam até os abarracamentos para aliciar mulheres, apresentando-se como contratadores de trabalho, muitas das quais terminavam sofrendo algum tipo de exploração sexual. Por isso, ele considerava que era “dever público velar pela sorte daqueles que saindo do meio de costumes simples: foram inopinadamente arremessados em uma capital, que absorveu já todos os vícios do mundo”.<sup>54</sup>

Fortaleza em razão das reformas urbanas que sofreu, da absorção de costumes estrangeiros e da modernização dos hábitos, incorporava a contradição de ser *pari passu*, o lugar do progresso e do caos. A noção de progresso encetada a partir de 1877 guardada estreita relação com urbanização. Por outro lado, e pela própria natureza do projeto Pompeu Sinimbu, o desenvolvimento material da província feito às custas do trabalho do retirante desvalido implicava um custo social como a migração, a exploração sexual, a prostituição e a mendicância. Com isso, segundo José do Patrocínio, os retirantes que chegavam a capital cearense não podiam prever os males que lhes podia advir da confiança plena, como eram habituados, em certos habitantes da capital. A consequência disso seria “serem tiradas do seio das infelizes famílias, moças que se resgatam da fome pela prostituição, e isto sem que ao de leve reflitam na baixeza em que vão cair”.<sup>55</sup>

O abuso sexual contra meninas era realizado no momento em que a família estava ausente do domicílio. Situação comum às mulheres da periferia que ficavam fora durante o dia, envolvidas em seus diversos serviços como carregadores de quimoa (vasilhames com dejetos), cadáveres, vendedores de água, frutas, doces e salgados em seus tabuleiros pelas ruas principais da cidade.<sup>56</sup> Com isso, as crianças, sobretudo as meninas ficavam expostas em barracos, com pouca



privacidade e segurança, à ação de estupradores da própria redondeza que espreitavam os momentos em que o lar estava desguarnecido para cometerem violências contra crianças indefesas.

Além disso, a situação feminina nos abarracamentos era calamitosa, a mulher tornava-se alvo dos diversos indivíduos que transitavam nos seus arredores e dos próprios encarregados das comissões de socorros públicos. A prostituição e os defloramentos de meninas e mulheres ocorriam dentro dos próprios abarracamentos. A extrema pobreza, a iminência da morte e a ação inescrupulosa de alguns indivíduos tornavam a mulher e a criança vítimas potenciais dos abusos sexuais. Para Patrocínio “o mais digno de comiseração é que a voz pública e o próprio depoimento das vítimas denunciavam como violentadores muitos daqueles que são pelo governo encarregados de socorrerem os desvalidos (...)”.<sup>57</sup>

As famílias no Ceará fossem abastadas ou pobres, ao longo do período colonial e imperial, foram regidas por relações de violência baseadas na defesa da honra da família, em que se destacava a presença do marido como chefe da família e provedor do lar. No entanto, no contexto das secas, o ideal masculino de defesa do domicílio e da honra das mulheres foi suplantado pela necessidade imediata de sobrevivência física. Com isso, se tornou frequente o aliciamento de mulheres e meninas subjugadas ao serviço doméstico e a violência e exploração sexual.

### **Os incêndios nos barracos**

O cotidiano das famílias desvalidas, remanescentes nos arrabaldes de Fortaleza, era marcado pelo problema da proliferação de incêndios que destruíam as habitações e provocavam morte e desespero. Esse problema se tornava mais grave na medida em que novas

choupanas eram levantadas nas franjas da periferia. De acordo com o *Arrolamento de 1887*, dos 3.328 domicílios computados 1.279 eram casas de palhas, localizadas no final de cada rua e apenas contadas pelo recenseador. O censo permite a obtenção de diferentes informações sobre a população residente na área central da cidade de Fortaleza e nos subúrbios, mas o mesmo não acontece quando se trata do levantamento dos mesmos dados relativos as famílias residentes nas cabanas de palhas.

Esses domicílios eram a periferia da periferia, localizando-se nos limites extremos dos subúrbios. Rodolfo Teófilo conheceu bem essa parte da cidade. Em 1904 para executar sua campanha de vacina a domicílio ele percorreu o *boulevard* Visconde do Cauípe, depois passou para o bairro do Matadouro Público: “Agora é que ia precisamente pôr-me em contato com a ralé de Fortaleza.” Do ponto mais elevado do bairro- Alto Alegre – ele avistou uma bonita esplanada de dunas e “Disseminadas naquela areia se erguia um sem número de cabanas de palhas, levantadas à toa e cada qual mais miserável.”<sup>58</sup>

Nas cabanas de palhas os episódios de incêndios se repetiam na medida em que se ampliava a cada seca a área periférica da cidade. Isso se deu principalmente nas secas de 1877-79, 1888-89 e 1900 e se ampliou nas secas de 1915 e 1932 quando a população migrante foi segregada na periferia. Porém, com a mudança na política de socorros públicos implementada a partir de 1901, de impedir que o retirante circulasse pelas ruas principais da capital, ele precisou ocupar cada vez mais a área pauperizada da cidade. Nos limites dos subúrbios eram erguidas habitações precárias e conjugadas, aspecto que possibilitava a expansão rápida das chamas que atingiam vários barracos geminados, como um que se deu no bairro Amarração, quando 4 casas de palha pegaram fogo. O incêndio teria sido “ocasionada pelo fogo em que uma lavadeira, residente em uma das casas, deixara a cozer uma panela, e que se comunicava as palhas, impellido e alimentado por um vento fortíssimo.

Nenhuma desgraça houve a lamentar”.<sup>59</sup>

Nesse episódio não houve nada mais grave. Porém, eram comuns vítimas de mortes, ferimentos e queimaduras. Os incêndios decorriam na maioria das vezes de incidentes domésticos, acometendo sobretudo mulheres e crianças, como um reflexo da composição demográfica dos subúrbios. É o que nos permite concluir o Relatório da Secretaria de Polícia em 1885, por ocasião de mais uma ocorrência de incêndio em “outra casa de palha, na aldeota, desta cidade, no dia 30 de agosto do mesmo ano, resultando na morte de uma velha de nome Josefa, que ali morava. Ignora-se o que provocou o incêndio”.<sup>60</sup> Outro caso de incêndio foi aquele que acometeu a menina Luiza que perdeu pai e mãe na seca de 1877, quando ainda tinha dois meses de idade, sendo adotada por uma viúva que morava na periferia, chamada de Josefa Goiana. A menina residia com sua mãe adotiva numa choupana localizada na extremidade ocidental da Rua da Assembleia. Sobre ela o jornal *Libertador* numa matéria de 1887, 11 anos depois da grande seca, divulgou a seguinte notícia:

No dia de ano bom, de 6 para 7 horas da manhã, começando a ocupar-se, dos misteres domésticos, que já desempenhava como lhe o permitiam seus verdes anos, foi varrer o fogão. Uma brasa, traiçoeiramente oculta entre a cinza caiu-lhe no vestidinho e Luiza, supondo fugir ao perigo, correu para o campo, o que fez lavar rapidamente o incêndio nas roupas da infeliz que ficou horrivelmente queimada! Morreu ontem à tarde.<sup>61</sup>

Assim, como a menina Luiza e a viúva Josefa, muitas outras mulheres e órfãos pereceram atacados pelas chamas alimentadas pelos ventos sobre a palha e a madeira dos casebres e barracos que rapidamente entravam em combustão. Entretanto, não foram produzidas estatísticas sobre esses casos porque eles atingiam, na maior parte das vezes, a população pobre e abarracada da periferia. A solução para o problema seria a criação de um serviço público de combate às chamas.

No entanto, o secretário de polícia de Fortaleza considerava que não havia nada que se pudesse fazer porque “conquanto não sejam numerosos os incêndios nesta cidade, e parecem circunscrever-se às casas de palha, e para os quais é sempre tardio qualquer socorro que não venha de muito perto”.

Entretanto, se poderia instalar um posto de bombeiro próxima das palhoças ou orientar a população sobre cuidados a serem tomados. Mas, dificilmente isso ocorreria, o que evidenciava uma política de marginalização e exclusão social dos moradores da periferia. Os equipamentos e os serviços públicos foram desde antes das reformas urbanas na capital cearense, dirigidos aos habitantes da chamada “área nobre” da cidade. Com isso, continuariam os incêndios provocando muito sofrimento e medo na população pobre e desprotegida, ampliando os seus suplícios. Todavia considerava o secretário que era de “grande conveniência um serviço regularmente organizado contra os incêndios, como reclama já o desenvolvimento desta cidade, e, quando menos, ter a devida execução o regulamento expedido por essa presidência para tal serviço, e haver uma bomba apropriada na capitania do porto, e outra no quartel do corpo de polícia”.<sup>62</sup>

O secretário, no entanto, pediu a execução do regulamento que normalizaria o serviço de combate ao fogo na capital, indicando-lhe os meios, mas preferiu argumentar sobre a necessidade de se instalar um corpo de bombeiros em razão do desenvolvimento de Fortaleza e não devido aos sacrificios impingidos às pobres vítimas das secas. Isso caracterizava uma política pública de discriminação social na gerência dos equipamentos urbanos. Desse modo, a cidade passou a ter um serviço contra incêndios, mas seu emprego se circunscreveu a parte central da cidade.

## A discriminação dos subúrbios

As adversidades sofridas pela população pobre residente na periferia caracterizavam a discriminação social dos subúrbios. A periferia era, na geografia da cidade, o lugar dos despejos, dos detritos, da contenção da doença e da sujeira. O antigo Cemitério da Casuariana precisou ceder lugar em 1879 à construção da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité,<sup>63</sup> sendo remanejado para a Jacarecanga, periferia da cidade. A estrada simbolizava progresso e civilização, enquanto a necrópole era associada à morte e a doença. O Matadouro Público também foi deslocado do centro para os arrabaldes, com o fim de evitar a proliferação de moscas, sangue derramado nas calçadas e o odor de vísceras que se espalhava pela cidade, provocando mal-estar nos moradores.

Os espaços da cidade eram definidos a partir do uso social que se pretendia fazer deles. Enviava-se o abate da carne com seu cheiro nauseabundo para os arrabaldes, longe das vistas da elite residente na bela, limpa e planejada Fortaleza. Não obstante, se deixava os moradores dos subúrbios arderem nas chamas, quando o governo dispunha de duas bombas d'água em perfeito estado de uso. A varíola foi outro problema que afligiu o povo pobre do Ceará, emergindo e proliferando durante as secas. Segundo Leticia L. Martins “Percebe-se que os responsáveis pela administração pública buscaram estratégias para conter o avanço da varíola não só na capital cearense, mas também em outras localidades do estado onde fossem detectados foco da mesma”.<sup>64</sup> Entretanto, a negligência com que o governo da província tratava a população pobre e desvalida adquiriu aspecto dramático quando foi construído um abrigo, localizado no Morro do Moinho, para isolar os variolosos da seca de 1877-79. Essa construção não estava estruturada para receber os doentes e o que era pior se localizava rodeada por casebres e palhoças, aspecto

que expunha as famílias dos arrabaldes ao contágio pela doença, espalhando a epidemia.

No início do século XX o crescimento da população da periferia enfrentava a ação do governo estadual e municipal que mandava desapropriar os seus moradores, tomando-lhes as choupanas e atirando suas moradoras debaixo das sombras dos cajueiros pela falta do pagamento da décima urbana (imposto municipal). Essa prática foi denunciada por João Brígido dos Santos, deputado de oposição ao governo do estado. Num discurso à Assembleia Legislativa do Ceará em 1915 ele afirmou que em Fortaleza se mandava “sequestrar impiedosamente as choupanas às viúvas; e essas choupanas vão à praça, passando as infelizes para a sombra dos cajueiros! Isto se vê diariamente. São sequestradas dez, vinte choupanas e as suas infelizes proprietárias atiradas a rua sem teto e sem pão.”<sup>65</sup>

Isso se deu porque mudou a política de socorros públicos e com isso crescia a indisposição da administração da capital em aceitar a presença da população pobre dos arrabaldes que sobreviviam trabalhando em serviços no centro. Durante a seca de 1877-79 a capital repleta de retirantes era um meio eficiente para se conseguir recursos financeiros, tornando o “desvalido” uma vítima da seca. No entanto, a proposta feita pelo governo do Ceará no início do século XX de se realizar obras públicas fora dos períodos de estio,<sup>66</sup> tornou o retirante desnecessário. Com isso, a parte da população de desvalidos formada por mulheres, viúvas órfãos antes considerada “inválida” e em razão disso autorizada a permanecer na capital passou a ser escorraçada de seus domicílios.

Além disso, com a criação dos campos de concentração nas secas de 1915 e 1932, essa dinâmica migratória para a capital cearense foi parcialmente interrompida e tendeu a cessar nas secas posteriores, embora houvesse se mantido em direção à região Norte e ao Centro-Sul. Constatou Frederico Neves que em 1942 por causa do impedimento do

transporte de retirantes de Fortaleza à Belém, pelo torpedeamento dos navios mercantes do Lloyd por forças militares italianas, os “novos campos de concentração foram criados na capital, procurando evitar o trânsito indesejado dos retirantes pelas ruas da cidade”.<sup>67</sup> Com isso, os pobres e desvalidos foram circunscritos aos subúrbios da cidade, que se tornou cada vez mais espaço de alocação de equipamentos urbanos indesejados como o cemitério e o matadouro público e da segregação da população retirante pobre e desvalida.

### **Considerações Finais**

Os socorros públicos aos desvalidos das secas no Ceará realizados entre 1877 e 1932 se inseriram no âmbito da implantação do projeto Pompeu-Sinimbu, cujo objetivo geral era compensar o desequilíbrio econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, por meio da utilização da força de trabalho, disponível durante as secas, na realização de obras públicas. Dessa maneira, o “socorro” era um meio e não um fim para se atingir o objetivo geral: promover o progresso material da província com a construção e reforma de pontes, estradas, prédios públicos, praças, escolas, cemitérios, igrejas e contornar o problema da falta d’água por meio da construção de açudes.

As condições civilizacionais do Ceará melhoram – civilização entendida como urbanização – e a edificação de açudes criou alguma reserva hídrica para enfrentar os períodos de estio. Contudo, essa política indutora da migração e baseada na exploração da mão de obra do sertanejo desvalido teve um alto custo social. As famílias precisaram abandonar os seus domicílios, os municípios esvaziados se desorganizaram e ficaram sujeitos à ação de bandos de criminosos e muitos sertanejos morriam pelas estradas. Ao chegar em Fortaleza o retirante se sujeitava a exploração de ter que trabalhar em troca de

comida, sem receber pagamento, e sujeito a violência policial e a exploração sexual. Terminada a seca, as famílias que não retornaram ao sertão, passaram a ocupar e ampliar os subúrbios na condição de marginalizados.

## Notas

---

\* Doutor, Professor do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab-Ce). E-mail: joseweyne@unilab.edu.br

<sup>1</sup> Esse projeto recebeu esse porque ele foi idealizado pelo senador Tomás Pompeu e apoiado pelo senador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu que na presidência do Conselho de Estado lhe garantiu os recursos financeiros necessários.

<sup>2</sup> CARVALHO, J. M. de. Povo, canhões e lágrimas. In: **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 25.

<sup>3</sup> ALENCAR, J. de. **O sertanejo**. São Paulo: Melhoramentos. [4ª Ed.] p. 346.

<sup>4</sup> *ibid.*, p. 348.

<sup>5</sup> APEC. Fala com que o presidente da província do Ceará abriu a segunda sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 1 de agosto de 1836, p. 5.

<sup>6</sup> VIEIRA JR., A. O. **Entre Paredes e Bacamartes**: história da família no sertão. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004. p. 161.

<sup>7</sup> NOGUEIRA, O. **Constituições Brasileira**, 1824. Brasília, Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. [3ª Ed.] p. 51.

<sup>8</sup> MATTOS, I. R. de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987. p. 129.

<sup>9</sup> TEÓFILO, R. **História da Seca no Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 71.

<sup>10</sup> FURTADO, C. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. [2ª Ed.] p. 21.

<sup>11</sup> Câmara dos Deputados. **Atos do Poder Executivo**. Mensagem do Conselho de Estado da Coroa. Decreto 6.918 de 1 de junho de 1878, p. 286.

<sup>12</sup> Anais do Senado Federal. **Discurso do Senador Pompeu**. Sessão de 5 de Outubro de 1869. p. 423.

<sup>13</sup> BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 1.

<sup>14</sup> Câmara dos Deputados. Coleção de Leis do Império do Brasil. **Constituição de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 35.

<sup>15</sup> DIAS, M. O. L. da S. A interiorização da Metrópole In: **Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 22.

<sup>16</sup> BPGMP. Setor de Microfilmagem. **Jornal O Retirante** (Suplemento n.º 2), 02/07/1887.

<sup>17</sup> PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social.



---

Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999. [2ª Ed.] p. 84.

<sup>18</sup> BNRJ. **Jornal Gazeta de Notícias**, 07/08/1878. p. 1.

<sup>19</sup> SANTANA, D. B. de. **Cidade das águas: usos de rios, córregos e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Senac, 2007. p. 137.

<sup>20</sup> PONTE, S. R. op. cit., pp. 27-37.

<sup>21</sup> MORAIS, V. L. de. **As Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX**. Mestrado, PUCSP, São Paulo, Brasil, 2003. p. 156.

<sup>22</sup> GIRÃO, R. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC Casa de José de Alencar Programa Editorial, 2000, [2ª Ed.] pp. 403-404.

<sup>23</sup> NOZOE, N. et. al. (orgs). **Os Refugiados da Seca: emigrantes cearenses, 1888-1889**. Campinas: NEHD, NEPO, CEDHAL, 2003. pp. 11-12.

<sup>24</sup> TEÓFILO, R. op. cit., p. 133.

<sup>25</sup> RIOS, K. S. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto, 2001. p. 48.

<sup>26</sup> TEÓFILO, R. op. cit., p. 16.

<sup>27</sup> Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. **Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1933/34**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. vol. 12 p. 121.

<sup>28</sup> APEC. Comissão de Socorros Públicos. Fortaleza, 12/07/1879.

<sup>29</sup> BPGMP. **Jornal O Retirante**. 15/08/1888. p. 32.

<sup>30</sup> APEC. Fundo: Presidência da Província do Ceará. Grupo: Comissão de Socorros Públicos. Série: Ofícios Expedidos. Subsérie: secas. Município: Aracati (1877-1880), caixa nº 2.

<sup>31</sup> TEÓFILO, R. op. cit., pp. 155-156.

<sup>32</sup> FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003. [48ª Ed.] p. 32.

<sup>33</sup> CORRÊA, M. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, M.; KOFES, S. (Orgs.). **Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 13-38. Esta autora critica o modelo de família patriarcal proposto por Gilberto Freyre e o modelo de família conjugal moderna de Antônio Cândido, por homogeneizarem modelos específicos de um lugar e um tempo, desprezando as formas diversas que coexistiram no período.

<sup>34</sup> FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 42.

<sup>35</sup> VAINFAS, R. **O Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. pp. 118-119.

<sup>36</sup> SAMARA, E. de M. **As Mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989. p. 20.

<sup>37</sup> BARICMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. **Afro-Ásia**, vol. 29/30, 2003. p. 83.

<sup>38</sup> APEC - Comissão de Socorros Públicos 1879, Ala: 19, Estante: 400, Caixa: 10.

<sup>39</sup> SAMARA, E. de M. S.; LOPES, E. C. Meretrizes e seus domicílios na população de Fortaleza: uma análise preliminar em 1887. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, pp. 1183-1184. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a170.pdf>.

<sup>40</sup> APEC - Arrolamento da População de Fortaleza, 1887. 5 livros.

<sup>41</sup> TEÓFILO, R. **Variola e Vacinação no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar

---

Alcântara, 1997. [Ed. fac. sim.] p. 53.

<sup>42</sup> MATOS, M. I. S. de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**. n° 11, 1998. p. 71.

<sup>43</sup> VIEIRA JR. A. O. **Entre Paredes e Bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004. p. 250.

<sup>44</sup> NOZOE, N, et. al. (Orgs). **Os Refugiados da Seca**: emigrantes cearenses, 1888-1889. Campinas: NEHD, NEPO, CEDHAL, 2003. p. 24.

<sup>45</sup> APEC - Coleção de Leis do Ceará (1890).

<sup>46</sup> BPGMG. Jornal **O Retirante**. 1/07/1877. p. 45.

<sup>47</sup> TEÓFILO, R. op. cit., p. 62.

<sup>48</sup> *ibid.*, p. 47.

<sup>49</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 15.

<sup>50</sup> VIEIRA JR. A. O. op. cit., p. 264.

<sup>51</sup> BPRJ. Jornal **O Besouro**. 04/05/1878. p. 37.

<sup>52</sup> BGMGP. Setor de Microfilmagem. Jornal **O Retirante**. 2/09/1877. p. 2.

<sup>53</sup> BPRJ. Jornal **O Besouro**. 04/05/1878. p. 37.

<sup>54</sup> *ibid.*, p. 38.

<sup>55</sup> *idem*.

<sup>56</sup> Sobre isso vide: CORREIA, D. C. **Oi, Tá Vendol!**: O cotidiano dos trabalhadores das ruas da cidade de Fortaleza (1877-1910). Mestrado, PUCSP, São Paulo, Brasil, 2003.

<sup>57</sup> BPRJ. Jornal **Gazeta de Notícias**. 23/07/1878.

<sup>58</sup> TEÓFILO, R. op. cit., pp. 106-107.

<sup>59</sup> APEC. Relatório da Secretaria de Polícia. 31/01/1885. n° 98.

<sup>60</sup> *idem*.

<sup>61</sup> BPGMP. Setor de Microfilmagem. Jornal **Libertador**. 03/01/1887. p. 2.

<sup>62</sup> *idem*.

<sup>63</sup> NOGUEIRA, J. **Fortaleza Velha**. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980. p. 76.

<sup>64</sup> MARTINS, L. L. **Variola em Fortaleza: marcas profundas de uma experiência dolorosa (1877-1881)**. Mestrado, UECE, Fortaleza, Brasil, 2012. p. 21.

<sup>65</sup> APEC - Anais da Assembleia Legislativa do Ceará de 1915.

<sup>66</sup> SOUSA, J. W. de F. **Política e Seca no Ceará**: um projeto de desenvolvimento para o Norte. Doutorado, USP, São Paulo, Brasil. 2009. p. 191.

<sup>67</sup> NEVES, F. de C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. vol. 21, n° 40, 2001. p. 119.